



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DE GOIÁS

COMISSÃO DE CONCURSO

CONCURSO PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO – 30.03.2008

1ª ETAPA: PROVA OBJETIVA DE NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

ALTERNATIVAS: DE “A” a “D”

DURAÇÃO DA PROVA: 05 (CINCO) HORAS

APROVAÇÃO: 180 (CENTO E OITENTA) PRIMEIROS COLOCADOS E ACERTO MÍNIMO DE 50 % (CINQUENTA POR CENTO).

INSTRUÇÕES

1. VERIFIQUE O CADERNO DE PROVA E CERTIFIQUE QUE ELE CONTÉM 100 (CEM) QUESTÕES COM 04 (QUATRO) ALTERNATIVAS DE “A” a “D” .
2. QUALQUER IRREGULARIDADE (IMPRESSÃO ILEGÍVEL, AUSÊNCIA DE IMPRESSÃO, CADERNO INCOMPLETO, REPETIÇÕES DE PÁGINAS OU DE QUESTÕES ETC.), SOLICITE A SUBSTITUIÇÃO DO CADERNO OU DA FOLHA DA PROVA IMEDIATAMENTE.
3. HÁ SOMENTE UMA ALTERNATIVA CORRETA EM CADA QUESTÃO.
4. É VEDADA A COMUNICAÇÃO ENTRE OS CANDIDATOS. NESTA HIPÓTESE, ESTÁ O FISCAL AUTORIZADO A EXIGIR A DEVOLUÇÃO DO CADERNO DE PROVA, DA FOLHA DE RESPOSTAS E A RETIRADA DO CANDIDATO DA SALA, A QUEM A COMISSÃO DESCLASSIFICARÁ.
5. NÃO É PERMITIDA QUALQUER CONSULTA.
6. QUALQUER OCORRÊNCIA DIGNA DE NOTA, HÁ DE SER IMEDIATAMENTE E EM VOZ ALTA TRANSMITIDA AO FISCAL DO RECINTO DA PROVA, COM PEDIDO PARA CONSIGNÁ-LA EM ATA.
7. O CARTÃO DE RESPOSTAS É PERSONALIZADO E INSUBSTITUÍVEL, SENDO O ÚNICO INSTRUMENTO DE AFERIÇÃO DE NOTA, PORTANTO NÃO A DANIFIQUE, RASURE OU AMASSE.
8. O CARTÃO DE RESPOSTAS DEVERÁ SER ASSINALADO COM CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA OU AZUL, DE MODO A PREENCHER O CAMPO DA ALTERNATIVA CORRETA (**VIDE MODELO NO FINAL DESTA FOLHA**).
9. ASSINE O CARTÃO DE RESPOSTAS ANTES DE RESTITUÍ-LO.
10. AS RESPOSTAS COM RASURAS OU DUPLAMENTE MARCADAS ANULARÃO A QUESTÃO.
11. O CADERNO DE PROVA PODERÁ SER LEVADO PELO CANDIDATO DEPOIS DE DECORRIDO O PRAZO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) HORAS DO INÍCIO.
12. O GABARITO DA PROVA SERÁ DIVULGADO EM 31.03.2008, NA SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, COM INÍCIO DO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO HORAS) HORAS PARA O RECURSO PREVISTO NO EDITAL.

QUESTÃO

RESPOSTAS

000



BOA PROVA!

001) “Tratamento e prevenção (do delito), para terem sucesso, demandam amplos programas que envolvam recursos humanos junto à comunidade e que concentrem esforços dos cidadãos em torno das forças construtivas da sociedade. (...) A unidade de operação é a vizinhança. Se o crime é um fenômeno associado à cidade, a reação ao crime também o é. Deve abranger áreas restritas em extensão e com, no máximo, 50.000 habitantes nessa área.” (SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: RT, 2004, p. 167).

O texto acima é introdutório nas propostas de uma teoria criminológica sobre o problema do crime que tem se destacado na mídia brasileira, sobretudo por projetos planejados e administrados no âmbito municipal, marcados pela intervenção no ambiente que favorece a prática delitiva. Assinale a alternativa que correspondente a essa teoria criminológica:

- a) () teoria do criminoso nato (Lombroso).
- b) () teoria da ecologia criminal (escola de Chicago).
- c) () teoria da anomia (Durkheim e Merton).
- d) () teoria do vínculo social (Hirschi).

002) A respeito das causas de exclusão da ilicitude, é incorreto afirmar:

- a) () O requisito da moderação da defesa não exclui a possibilidade de defesa de qualquer bem jurídico, apenas exigindo uma certa proporcionalidade entre a ação defensiva e a agressiva, quando tal seja possível.
- b) () Como requisito da legítima defesa, a agressão deve ser uma conduta antijurídica, sequer interessando que seja típica.
- c) () O estado de necessidade não ampara a quem tem o dever de arrostar o perigo.
- d) () Reconhecendo-se a excludente do estrito cumprimento do dever legal em relação a um autor, o co-autor também não será responsabilizado, ainda que desconheça a situação justificadora.

003) A respeito do concurso de pessoas, é incorreto afirmar:

- a) () É considerado autor o que tem o domínio do fato, vale dizer, o que tem o poder decisório sobre a configuração central do fato.
- b) () A autoria mediata pode resultar de: ausência de capacidade penal da pessoa da qual o autor mediato se serve; coação moral irresistível; provocação de erro de tipo escusável; e, obediência hierárquica.
- c) () Em relação à participação, o Código Penal adotou a teoria da hiperacessoriedade, segundo a qual o fato deve ser típico, ilícito e culpável, incidindo sobre o partícipe todas as agravantes e atenuantes de caráter pessoal ao autor principal.
- d) () Quanto à natureza do concurso de pessoas, o Código Penal adotou como regra a teoria unitária ou monista, determinando que todos, co-autores e partícipes, respondam por um único delito.

004) A respeito das penas restritivas de direito, é correto afirmar:

- a) () O pagamento pelo condenado da prestação pecuniária à vítima impede o exercício de ação civil reparatória, ainda que o prejuízo suportado pela vítima seja superior ao montante da prestação pecuniária.
- b) () A perda de bens e valores não se confunde com o confisco dos bens. Enquanto a primeira é pena principal, o confisco configura mero efeito secundário extrapenal da condenação.
- c) () A prestação de serviços à comunidade é aplicável às condenações superiores a 3 (três) meses de privação da liberdade.
- d) () A limitação de fim de semana consiste na obrigação do condenado de permanecer aos sábados e domingos, por 6 (seis) horas diárias, na casa do albergado ou outro estabelecimento adequado.

005) A respeito da individualização da pena, é correto afirmar:

- a) () Para o cálculo da pena, o juiz deverá seguir as seguintes etapas: fixar a pena-base; aplicar as causas de diminuição e de aumento; e, levar em consideração as circunstâncias atenuantes e agravantes.
- b) () No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.
- c) () É vedado ao juiz atenuar a pena por circunstância não prevista expressamente na lei.
- d) () A obediência a ordem manifestamente ilegal de autoridade superior não exclui a culpabilidade e não permite a atenuação da pena.

- 006)** O art. 214 do Código Penal descreve o crime de atentado violento ao pudor nos seguintes termos: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal." Nessa descrição, o ato libidinoso pode ser praticado:
- a) somente sobre a vítima, pelo agente ou terceiro.
 - b) pela vítima sobre o seu próprio corpo, sobre o corpo do agente ou sobre o corpo de terceiro.
 - c) pela vítima somente sobre o corpo do agente ou sobre o corpo de terceiro.
 - d) somente sobre a vítima, pelo agente.
- 007)** O crime de extorsão mediante seqüestro definido no art. 159 do Código Penal (*seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate*) caracteriza-se como:
- a) material, instantâneo de efeitos permanentes e multitudinário.
 - b) formal, permanente e complexo.
 - c) de mera conduta, complexo e plurissubsistente.
 - d) material, permanente e comissivo próprio.
- 008)** A respeito dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores previstos na Lei nº 9.613/98, assinale a alternativa incorreta:
- a) Constituem crimes antecedentes para sua configuração, dentre outros, o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins, a extorsão mediante seqüestro e praticado por organização criminosa.
 - b) A Lei nº 9.613/98 contempla a delação premiada.
 - c) São efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal, a perda, em favor da União, dos bens, direitos e valores objeto de crime previsto na Lei, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.
 - d) Os crimes elencados como antecedentes são exemplificativos e para a configuração do crime de lavagem de dinheiro basta a ocultação de bens, direitos e valores provenientes de quaisquer crimes que possam auferir vantagem ou lucro,
- 009)** Roberto foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri e, ao final, condenado ao cumprimento de 37 (trinta e sete) anos de prisão, no regime fechado, pela prática de dois homicídios qualificados. Ao final, o Juiz consignou, na sentença, que deveria ser respeitado o limite máximo de trinta anos de tempo de cumprimento de pena na forma do art. 75 do Código Penal. De acordo com a Súmula nº 715 do Supremo Tribunal Federal, na execução penal, o prazo para a progressão prisional do regime fechado para o semi-aberto será contado, nesse caso:
- a) sobre o patamar de 37 (trinta e sete) anos.
 - b) sobre o limite de 30 (trinta) anos.
 - c) sobre o patamar de 20 (vinte) anos.
 - d) Roberto cumprirá a pena no regime integralmente fechado por se tratar de crimes hediondos.
- 010)** De acordo com a Resolução n. 04/2005 do Colégio de Procuradores de Justiça, que regulamentou no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás as investigações criminais conduzidas diretamente por Procuradores e Promotores de Justiça, é incorreto afirmar:
- a) A decisão que indefere o requerimento de investigação criminal conduzida por Promotor de Justiça será apresentada ao juízo competente, na forma do artigo 28, do Código de Processo Penal.
 - b) A portaria de instauração da investigação deverá conter: o nome e a qualificação do investigado se conhecido e o tipo penal a que esteja incurso; a descrição do fato objeto de investigação ou esclarecimentos e o meio ou a forma pelo qual dele se tomou conhecimento; o nome e a qualificação do autor da notícia-crime ou representação, se for o caso; e, a determinação das diligências iniciais.
 - c) Na condução das investigações, o membro do Ministério Público ouvirá o investigado preferencialmente no início do procedimento, salvo quando: haja dificuldade justificada em fazê-lo; em situações justificadas de urgência; ou, quando, de qualquer modo, possa acarretar prejuízo à eficácia dos provimentos jurisdicionais cautelares.
 - d) A conclusão da investigação será comunicada à Corregedoria-Geral do Ministério Público e o prazo para o oferecimento da denúncia será contado a partir desta data.
- 011)** A divergência entre Promotor de Justiça e Juiz de Direito, quando o Promotor se recusa a oferecer denúncia por considerar incompetente o Juiz, que se julga competente, será solucionada pelo:
- a) Tribunal de Justiça, através de conflito de competência.

- b) () Procurador-Geral de Justiça, através de conflito de atribuição.
- c) () Juiz de Direito, porque não é possível conflito entre Juiz e outro sujeito processual, ficando o Promotor subordinado à decisão da última instância do Judiciário, como ocorre nos recursos.
- d) () Procurador-Geral de Justiça, porque a recusa deve ser tratada como pedido indireto de arquivamento, ficando o Juiz subordinado à decisão da última instância do Ministério Público, como ocorre no arquivamento direto.

012) Acerca do incidente de falsidade, assinale a alternativa correta:

- a) () Após a arguição do incidente de falsidade por escrito, o juiz deverá ouvir a parte contrária nos próprios autos principais, que terá o prazo de 48 horas para oferecer resposta.
- b) () Reconhecida a falsidade, o juiz ordenará o desentranhamento do documento e a sua remessa ao Ministério Público para a apuração da existência do crime de falsidade.
- c) () O juiz pode rejeitar de plano a arguição de falsidade.
- d) () A decisão do incidente de falsidade impede que, em outra ação, civil ou criminal, se discuta a existência da falsificação.

013) Quanto às exceções, é correto afirmar:

- a) () Da decisão judicial que reconhece espontaneamente a suspeição descabe recurso.
- b) () O acusado poderá, a qualquer tempo, arguir a suspeição do juiz.
- c) () Se o juiz reconhecer de ofício a litispendência caberá recurso em sentido estrito, já que se trata de sentença definitiva de natureza processual.
- d) () A exceção de coisa julgada poderá ser oposta em relação ao fato principal e às questões secundárias.

014) No processo penal, se argüida a suspeição do órgão do Ministério Público, por violação da imparcialidade:

- a) () o juiz decidirá, sem recurso.
- b) () o juiz remeterá a arguição à Corregedoria do Ministério Público.
- c) () o juiz remeterá a arguição ao Conselho Nacional do Ministério Público.
- d) () não é possível argüir suspeição do órgão do Ministério Público, porque o acusador deve ser tão parcial como o advogado e tão imparcial quanto um juiz.

015) Lourilápio foi condenado a 05 (cinco) anos de reclusão, no regime semi-aberto, pela prática de crime de roubo agravado (art. 157, § 2º, I, do Código Penal). Ao ser intimado o réu solicitou ao oficial de justiça que certificasse a sua renúncia ao direito de apelar, mas, no prazo recursal, o seu Defensor interpôs recurso de apelação. Nesse caso, de acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal (Súmula 705):

- a) () A apelação será conhecida porque a renúncia ao direito de apelação foi feita sem a assistência do defensor.
- b) () A apelação não será conhecida porque houve a renúncia expressa do réu ao seu direito de apelar.
- c) () A apelação será conhecida, mas improvida por falta de pressuposto processual de interesse recursal.
- d) () A apelação não será conhecida porque falta capacidade postulatória ao Defensor.

016) Bené seqüestrou Manoel na cidade de Goiânia (GO), onde ambos residiam, e levou-o para um cativo na cidade de Aparecida de Goiânia. Após, Bené telefonou para a família de Manoel residente na cidade de Brasília (DF) e exigiu o resgate de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o qual foi pago na cidade de Valparaíso (GO), onde ocorreu a sua prisão em flagrante. Nesse caso, a competência será fixada pela(o):

- a) () residência do réu.
- b) () prevenção.
- c) () local do último ato executório.
- d) () local da prisão.

017) Analise as proposições abaixo sobre o Tribunal do Júri:

- I- De acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal é relativa a nulidade do julgamento pelo júri quando os quesitos das excludentes de ilicitude não precederem aos quesitos das circunstâncias agravantes.
- II- Interposta apelação pelo Ministério Público de decisão absolutória de jurados pelo motivo de ser manifestamente contrária à prova dos autos, o recurso foi provido e anulado o julgamento. No novo

juízo, o réu foi condenado e, por isto, poderá a defesa apelar com base no mesmo fundamento por força do princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório.

III- Se a resposta a qualquer dos quesitos estiver em contradição com outra ou outras já proferidas, o Juiz Presidente não poderá submeter novamente à votação em decorrência do princípio da soberania dos veredictos.

IV- Na primeira fase do procedimento escalonado previsto para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida se o juiz não se convencer da existência do crime ou de indício suficiente de que seja o réu o seu autor o absolverá sumariamente.

- a) () Apenas uma proposição está errada.
- b) () Todas as proposições estão erradas.
- c) () Apenas uma proposição está correta.
- d) () Apenas duas proposições estão erradas.

018) Considerando a disposição do art. 156 do Código de Processo Penal, segundo a qual “a prova da alegação incumbirá a quem a fizer”, assinale a alternativa incorreta:

- a) () à acusação não se impõe o ônus de demonstrar a inexistência de qualquer situação excludente de ilicitude.
- b) () à defesa se impõe o ônus de demonstrar a existência de situação excludente de ilicitude.
- c) () à acusação, de ordinário, caberá provar a existência de um crime, bem como a sua autoria.
- d) () diante do princípio da inocência, o mencionado art. 156 não foi recepcionado, cabendo à acusação comprovar a presença de todos os elementos que integram o conceito analítico de crime.

019) De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que o interrogatório do acusado preso pode ser feito:

- a) () no estabelecimento prisional em que se encontrar, desde que presente pessoalmente o juiz.
- b) () no estabelecimento prisional em que se encontrar, por vídeo-conferência, independente da presença pessoal do defensor.
- c) () não poderá ser feito no estabelecimento prisional.
- d) () o acusado preso não pode ser interrogado enquanto estiver preso, sob pena de constrangimento ilegal.

020) Acerca da revisão criminal, é correto afirmar:

- a) () Falecendo o pronunciado, é cabível a revisão criminal visando a despronúncia daquele.
- b) () Confirmada a sentença condenatória em apelação, descabe a revisão criminal.
- c) () Cabe revisão de sentença condenatória estrangeira homologada no Brasil pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) () A revisão criminal não se presta para a aplicação de lei nova mais favorável ao condenado em casos já julgados.

021) É correto afirmar quanto ao direito intertemporal na vigência do novo Código Civil:

- a) () Os efeitos dos negócios jurídicos constituídos antes da entrada em vigor do atual Código Civil, mas produzidos depois de sua vigência, obedecem ao disposto na lei anterior, salvo de as partes previram determinada forma de execução.
- b) () Os casamentos celebrados na vigência do CC/1916 mantêm o regime de bens por ele estabelecidos, sendo inadmissível no sistema jurídico a alteração do regime de bens a requerimento dos cônjuges.
- c) () Aplicam-se as disposições do atual Código Civil à sucessão aberta durante a *vacatio legis* ocorrida no período de 10 de janeiro de 2002 a 10 de janeiro de 2003.
- d) () Até dois anos após a entrada em vigor do atual estatuto civil o prazo para a ocorrência da usucapião será acrescido de dois anos.

022) Roberval pretende obter indenização de Odorico, o qual teria, em uma roda de amigos, dito que ele, Roberval, era “caloteiro” e “mal pagador”. O prazo prescricional, nessa hipótese, e de:

- a) () 10 anos.
- b) () 5 anos.
- c) () 3 anos.
- d) () 4 anos.

023) Analise as proposições abaixo:

I – podem testar os maiores de dezesseis anos.

II- o testamento pode ser mudado a qualquer tempo.

III- a incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento, nem o testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.

IV- Admite-se o testamento de mão comum.

a) () Todas assertivas estão corretas.

b) () Há somente três assertivas corretas.

c) () Há somente duas assertivas incorretas.

d) () Há somente uma assertiva correta.

024) Analise as proposições abaixo:

I- a direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos. Em caso de divergência, predominará a vontade do marido.

II- O divórcio somente poderá ser concedido se houver prévia partilha de bens.

III- A confissão materna é suficiente para excluir a paternidade.

IV- O reconhecimento de filho poderá ser revogado, se feito em testamento.

a) () Todas assertivas estão incorretas.

b) () Há somente três assertivas incorretas.

c) () Há somente duas assertivas incorretas.

d) () Há somente três assertivas corretas.

025) Quanto às diversas situações de nulidade do casamento, analise as seguintes hipóteses e assinale a alternativa correta:

I. O casamento da menor em idade núbil poderá ser anulado por seus representantes legais, se a ação for proposta no prazo de 180 (cento e oitenta dias) da data que cessar a incapacidade;

II. A menor de 16 (dezesseis) anos de idade, poderá requerer a anulação de seu casamento, inclusive se resultar gravidez, desde que o faça no prazo de 180 (cento e oitenta) dias depois de cessada a incapacidade;

III As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser opostas por qualquer pessoa capaz.

IV É apenas anulável o casamento do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.

a) () Todas assertivas estão corretas.

b) () Há somente três assertivas corretas.

c) () Há somente duas assertivas incorretas.

d) () Há somente uma assertiva correta.

026) Assinale a alternativa correta:

a) () Para a declaração da morte presumida é imprescindível a declaração de ausência, comprovando-se judicialmente as hipóteses previstas pelos incisos I e II, do art. 7º, do Código Civil.

b) () O registro de óbito não comprovado por atestado médico, pela autoridade policial ou por outra autoridade pública somente será admitido mediante ação declaratória.

c) () Os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras que tiverem assistido ao parto estão obrigados a fazer a declaração de nascimento no registro civil, à falta ou impedimento dos pais e inexistindo parente próximo, maior e presente ao nascimento.

d) () Serão submetidos ao registro público os nascimentos, casamentos, porém, serão averbados os atos jurídicos que reconhecerem a união estável.

027) Analise as proposições abaixo:

I - A posse do imóvel faz presumir, até prova em contrário, a das coisas móveis que nele estiverem.

II - O caseiro de um sítio é considerado fâmulos da posse, tendo apenas a posse natural do sítio que toma conta.

III - Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.

IV - O sucessor singular continua de direito a posse de seu antecessor.

a) () Todas assertivas estão incorretas.

b) () Há somente uma assertiva correta.

- c) () Há somente duas assertivas incorretas.
- d) () Há somente uma assertiva incorreta.

✓ **028)** Considerando que o principal efeito do Registro Imobiliário é o constitutivo, pois somente se adquire a propriedade imóvel mediante o registro do título translativo, sobre suas regras é correto afirmar:

I – São princípios que informam o sistema do registro imobiliário: o da continuidade, o da especialidade e o da prioridade;

II – A matrícula deverá obedecer ao princípio da unitariedade, e significa dizer que cada matrícula não pode ter por objeto mais de um imóvel;

III – Somente por determinação de sentença judicial ou por fusão e que se dá o cancelamento da matrícula;

IV – Nos imóveis em comum cada quinhão será objeto de uma matrícula distinta;

V – O compromisso de compra e venda registrado atribui ao compromissário comprador direito real e lhe confere direito de adjudicação compulsória;

- a) () Todas assertivas estão incorretas.
- b) () Há somente uma assertiva correta.
- c) () Há somente duas assertivas incorretas.
- d) () Há somente uma assertiva incorreta.

✓ **029)** A operação pela qual o devedor de dois ou mais débitos da mesma natureza a um só credor, o próprio credor em seu lugar ou a lei indicam qual deles o pagamento extinguirá, por ser este insuficiente para solver a todos é:

- a) () dação em pagamento.
- b) () novação.
- c) () imputação do pagamento.
- d) () confusão.

✓ **030)** Analise as proposições abaixo:

I-A doutrina objetiva da jurisdição vê nessa função estatal apenas a finalidade, que lhe é inerente, a de aplicar o direito objetivo.

II -O objeto material da jurisdição é a pretensão.

III-O procedimento de uniformização da jurisprudência (CPC, arts. 476 e seguintes) constitui exemplo típico de competência pelo objeto do juízo.

IV-Com relação à *causa petendi* adotou o Código de Processo Civil a teoria da substanciação.

- a) () Todas assertivas estão corretas.
- b) () Há somente três assertivas corretas.
- c) () Há somente duas assertivas incorretas.
- d) () Há somente uma assertiva correta.

✓ **031)** Acerca da prescrição e decadência no processo civil, é correto afirmar:

I – A interrupção da prescrição é possível para o mesmo fato a cada ocorrência dos seguintes eventos: - despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

II – O terceiro com legítimo interesse econômico ou moral pode promover a interrupção da prescrição;

III – As chamadas faculdades legais, também designadas como direitos facultativos, são imprescritíveis;

IV – É decadencial o prazo para pleitear a anulação do negócio jurídico realizado sob coação, contado do dia em que ela cessar.

- a) () Todas assertivas estão incorretas.
- b) () Há somente três assertivas corretas.
- c) () Há somente duas assertivas incorretas.
- d) () Há somente uma assertiva correta.

✓ **032)** Considerando as regras de fixação de competência, analise os enunciados e assinale a alternativa correta:

I. O imóvel arrematado em praça determinada por carta precatória expedida em processo de execução deve ter a ação de imissão de posse proposta no Juízo executivo:

II. A ação de execução atrai a competência de ação anulatória de débito, independentemente se for proposta antes ou depois desta;

- III. A busca e apreensão de criança deverá ser proposta no foro de domicílio do pai ou da mãe que detenha a guarda, não lhe sendo vedado ingressar no foro do lugar em que o filho se encontre se diferente daquele;
- IV. Dá-se por prevenção a competência para conhecer de ação de usucapião de imóvel que possua duas glebas distintas contíguas, porém situadas em comarcas diferentes;
- a) Todas assertivas estão corretas.
 - b) Há somente três assertivas corretas.
 - c) Há somente duas assertivas incorretas.
 - d) Há somente uma assertiva correta.

033) Quanto à oposição de incompetência de juízo, é correto afirmar que:

- a) a incompetência absoluta pode ser declarada de ofício e pode ser alegada em qualquer tempo.
- b) o processo ficará suspenso até a prolação de decisão em primeiro grau.
- c) julgada procedente a exceção, o processo será extinto sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, IV, do Código de Processo Civil.
- d) não se admite a produção de prova testemunhal.

034) Examine as seguintes proposições e assinale a alternativa incorreta:

- a) no sistema processual civil pátrio, admite-se, tanto a tutela inibitória individual, quanto a coletiva.
- b) a tutela inibitória não tem entre seus pressupostos o dano e a culpa, exigindo apenas a probabilidade da prática de um ilícito, ou de sua repetição, ou continuação.
- c) a tutela inibitória executiva funda-se na necessidade de se conferir ao cidadão proteção jurisdicional capaz de impedir a violação de seu direito.
- d) a tutela reintegratória é tutela contra o dano, e não contra o ilícito.

035) Considerando a identificação da obrigação familiar recíproca de prestação de alimentos, não logrando êxito na execução fundada no art.732 do CPC, em relação ao alimentando em desfavor de seu pai, é correto afirmar que:

- a) a ação não poderá prosseguir, sendo, portanto arquivada.
- b) o autor poderá prosseguir nos próprios autos da ação de alimentos em desfavor dos avós paternos.
- c) o autor poderá prosseguir nos próprios autos em desfavor dos avós paternos, se estes reunirem condições econômicas.
- d) o autor poderá ajuizar nova ação em desfavor de qualquer parente, respeitada a linha sucessória.

036) Assinale a alternativa correta:

- a) A execução dos alimentos considerados recentes em relação ao pedido obedecerá sempre a forma que impõe a prisão civil.
- b) É correto concluir que, verificado o prazo de quinze dias a que alude o artigo 475-J não pode o juiz decretar a prisão de ofício do alimentante, sendo indispensável requerimento do credor e a concessão do prazo de três dias para o pagamento ou justificação da impossibilidade de fazê-lo;
- c) A prestação alimentícia fixada em decorrência de responsabilidade civil por ato ilícito admite excepcionalmente a prisão civil;
- d) O devedor de alimentos para não ter a prisão decretada ou mantida sua prisão deve depositar o valor correspondente às três prestações anteriores ao ajuizamento da ação, acrescido da multa de 10% pelo não cumprimento da sentença no prazo de quinze dias, além de honorários e as despesas processuais.

037) Assinale a alternativa correta:

- a) É obrigatória a fiscalização das fundações privadas, pelo Ministério Público, apenas nos casos em que os instituidores não tiverem bens suficientes para a formação da entidade fundacional.
- b) O instituidor ao criar uma fundação privada, requererá ao Ministério Público, que elabore o respectivo estatuto.
- c) Qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público promoverá a extinção da fundação privada, quando for impossível sua manutenção.
- d) Após aprovado o estatuto da fundação privada, não mais será possível sua alteração.

038) Assinale a alternativa correta, tendo em vista a atuação do Ministério Público:

- a) Na ação de usucapião de terras particulares, é obrigatória a intervenção do Ministério Público em todos os atos do processo.

- b) () Na ação civil pública, o Ministério Público age em legitimação extraordinária, como substituto processual dos titulares de direitos e interesses individuais homogêneos, de modo que pode ingressar em juízo na defesa do direito de determinado consumidor, em face de responsabilidade do fornecedor por vício por inadequação de determinado produto.
- c) () É obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações de responsabilidade por danos materiais e morais ajuizados contra empresa privada, em face de ocorrência de acidente de trabalho, por expressa determinação legal.
- d) () O Ministério Público tem legitimidade para pleitear a conversão em ação de alimentos, da ação de execução de prestação alimentícia, proposta por menor no Juízo de Direito da Vara de Família, com base em acordo homologado no Juizado Especial Cível, hipótese em que assume a posição de substituto processual do alimentando.

✓ 039) Assinale a alternativa correta:

- a) () A usucapião, como qualquer forma de aquisição da propriedade imóvel, somente será constituída por sentença a ser transcrita no registro imobiliário;
- b) () Com a desafetação de um determinado bem imóvel pertencente ao município de Goiânia, que doravante passa à categoria de bem dominical, assegura-se aos possuidores que nele se encontravam por mais de 15 (quinze) anos a aquisição da propriedade pela usucapião;
- c) () O comodato por prazo indeterminado assegura ao comodatário a contagem de tempo como se fosse posse contínua e incontestada, desde que venha a falecer o comodante, para o efeito de usucapião;
- d) () O confinante certo e o possuidor atual do bem objeto de ação de usucapião devem ser citados pessoalmente, facultada a citação por edital, nominalmente de cada uma deles, se não forem encontrados.

✓ 040) Assinale a alternativa correta:

- a) () No mandado de segurança, uma vez que a autoridade coatora não atenda espontaneamente a segurança concedida é indispensável ao autor que requeira a execução contra a pessoa jurídica que ele integra;
- b) () A medida liminar no mandado de segurança pode ser concedida mediante justificação prévia;
- c) () O mandado de segurança pode ser impetrado em Vara de Fazenda Pública de comarca do interior, contra ato de Secretário de Estado cuja sede funcional seja na Capital;
- d) () A autoridade que, embora execute o ato administrativo inquinado de ilegal e abusivo, não o ordena ou não possui nível hierárquico suficiente para desfazê-lo, não pode figurar na condição de impetrado.

✓ 041) “A interpretação das normas constitucionais é um conjunto de métodos, desenvolvidos pela doutrina e pela jurisprudência com base em critérios ou premissas diferentes mas, em geral, reciprocamente complementares”. (J. J. Gomes Canotilho, Direito Constitucional e teoria da Constituição, 6. ed., ver. Coimbra: Almedina, 1993, p. 212-213). Com base neste enunciado, marque a alternativa incorreta:

- a) () No método tópico-problemático parte-se de um problema concreto para a norma, atribuindo-se a interpretação um caráter prático, sendo a Constituição um sistema aberto de regras e princípios.
- b) () O método hermenêutico-concretizador parte-se da Constituição para o problema.
- c) () Para o método normativo-estruturante, a Constituição deve ser encarada como uma lei e, assim, todos os métodos tradicionais da hermenêutica deverão ser utilizados na tarefa interpretativa.
- d) () Para o método científico-espiritual a análise da norma constitucional não se fixa na literalidade da norma, mas na parte da realidade social e dos valores subjacentes do texto da Constituição.

✓ 042) Sobre o Poder Constituinte e Constituição, analise as assertivas abaixo:

- I – Pode-se afirmar que o poder constituinte originário é a força política consciente de si que resolve disciplinar os fundamentos do modo de convivência na comunidade política.
- II – Entrando em vigor de uma nova Constituição elaborada pelo poder constituinte originário, o fenômeno da recepção corresponde a uma revalidação das normas que não desafiam, materialmente, o novo texto constitucional.
- III – No sistema brasileiro, em nome da segurança jurídica, não se admite a repristinação implícita. Nada impede, porém, que a nova Constituição expressamente revigore legislação revogada por texto constitucional anterior.
- IV – A existência do poder constituinte de reforma fundamenta-se na finalidade de regenerar a Constituição, conservando-a na sua essência, eliminando as normas que não mais se justificam política, social e juridicamente, aditando outras que revitalizem o texto, a fim de que possa cumprir mais adequadamente a função de conformação social.

V – Não é passível de deliberação pelo poder constituinte de reforma a proposta de emenda que desvirtue o modo federal de ser do Estado brasileiro, estabelecido pela Constituição, em que se divisa uma organização descentralizada, tanto administrativa quanto politicamente.

- a) () Todas assertivas estão corretas.
- b) () Há somente quatro assertivas corretas.
- c) () Há somente duas assertivas incorretas.
- d) () Há somente duas assertivas corretas.

043) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, considerando os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Constituição Federal:

I - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II - construir uma sociedade livre, justa e solidária.

III - garantir o desenvolvimento nacional.

IV - a dignidade da pessoa humana.

V - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

VI - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

- a) () Todas as assertivas estão corretas.
- b) () Somente uma assertiva está errada
- c) () Há somente duas assertivas erradas.
- d) () Há somente três assertivas erradas.

044) Acerca dos direitos políticos, marque a alternativa correta:

I – A condenação criminal transitada em julgado acarreta a perda dos direitos políticos.

II – O cancelamento da naturalização, por sentença transitada em julgado, ocasiona a suspensão dos direitos políticos.

III – A incapacidade civil absoluta leva à perda dos direitos políticos.

IV – A recusa de cumprimento de obrigação a todos imposta tem por consequência a suspensão dos direitos políticos.

V – A perda da nacionalidade brasileira, por aquisição de outra nacionalidade, acarreta a suspensão dos direitos políticos.

- a) () Há apenas uma assertiva correta.
- b) () Há somente duas assertivas corretas.
- c) () Há somente duas assertivas incorretas.
- d) () Todas as assertivas estão incorretas.

045) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais

II- O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

III- Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

IV – São direitos fundamentais de terceira geração o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo.

V - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

VI - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

- a) () Há apenas uma assertiva errada.
- b) () Há apenas duas assertivas erradas.
- c) () Há apenas três assertivas erradas.
- d) () Todas estão corretas.

046) Com relação à atuação do Conselho Nacional do Ministério Público, analise as seguintes afirmações:

- I - Compete-lhe homologar autorização do chefe do respectivo Ministério Público para que membro da instituição resida fora da comarca ou localidade de lotação.
 - II - Pode desconstituir ou rever atos administrativos praticados por membros dos Ministérios Públicos, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.
 - III - Incumbe-lhe receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
 - IV - Compete-lhe rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de dois anos.
 - V - O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público da União que o integram, vedada a recondução.
- a) Há somente uma assertiva correta.
 - b) Há somente duas assertivas corretas.
 - c) Há somente duas assertivas incorretas.
 - d) Todas as assertivas estão incorretas.

047) Em relação à lei que regula a arguição de preceito fundamental, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional é também cabível em relação a ato normativo municipal.
 - II - A petição inicial deverá conter: a indicação do preceito fundamental que se considera violado; a indicação do ato questionado; a prova da violação do preceito fundamental; o pedido, com suas especificações; e, obrigatoriamente, a comprovação da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado.
 - III - Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
 - IV - Somente em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Tribunal Pleno.
 - V - Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
 - VI - A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecurável, não podendo ser objeto de ação rescisória.
- a) Há somente três assertivas corretas e três erradas.
 - b) Somente duas assertivas estão erradas.
 - c) Somente duas assertivas estão corretas.
 - d) Há somente quatro assertivas erradas e duas corretas.

048) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - É permitida a previsão do instituto da reclamação em Constituição Estadual.
- II - Se, em momento posterior à propositura da ação direta de inconstitucionalidade, a lei questionada vem a ser revogada, o Supremo Tribunal Federal julgará a ação prejudicada por perda de objeto.
- III - A não-recepção de ato estatal pré-constitucional, por não implicar a declaração de sua inconstitucionalidade - mas o reconhecimento de sua pura e simples revogação, descaracteriza um dos pressupostos indispensáveis à utilização da técnica da modulação temporal, que supõe, para incidir, dentre outros elementos, a necessária existência de um juízo de inconstitucionalidade.
- IV - O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido, excepcionalmente, a possibilidade de proceder à modulação ou limitação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, mesmo quando proferida, por esta Corte, em sede de controle difuso.
- V - A declaração de inconstitucionalidade reveste-se, ordinariamente, de eficácia "ex tunc", retroagindo ao momento em que editado o ato estatal reconhecido inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

VI - Não pode a lei ordinária pretender impor, como seu objeto imediato, uma interpretação da Constituição: a questão é de inconstitucionalidade formal, ínsita a toda norma de gradação inferior que se proponha a ditar interpretação da norma de hierarquia superior.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente uma assertiva está errada
- c) Há somente duas assertivas erradas.
- d) Há somente três assertivas erradas.

Va 049) Em apertada síntese, podemos indicar como características das Medidas Provisórias:

- a) As Medidas Provisórias não podem versar sobre matérias que importem no aumento de despesas. Da mesma forma, sofrem limitação temática explícita no texto constitucional, ou seja, só podem versar sobre matérias expressamente designadas. As Medidas Provisórias não podem ter por objeto matérias que possam ser reguladas por lei ordinária.
- b) A rejeição de uma Medida Provisória equivale à revogação, tendo efeito *ex nunc*.
- c) As Medidas Provisórias não sofrem limitação temática explícita no texto constitucional, sendo consideradas atos normativos com força de lei que ingressam no ordenamento jurídico produzindo efeitos desde logo. Ficam, todavia, sujeitas a uma condição resolutiva, ou seja, se não forem convertidas em lei pelo Congresso Nacional no prazo de trinta (30) dias, contados de sua publicação, perderam a sua eficácia desde a sua edição.
- d) As Medidas Provisórias só podem versar sobre matérias cujo conteúdo possam ser regulados por lei ordinária. Caso não forem convertidas em lei pelo Congresso Nacional no prazo de trinta (30) dias, contados de sua publicação, serão consideradas tacitamente aprovadas, passando a terem eficácia *ex nunc*.

V 050) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por:

- a) lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, facultada a consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- b) lei federal, dentro de um período nela discriminado, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal apresentados e publicados na forma da lei.
- c) lei estadual, dentro do período determinado por lei ordinária federal, facultada a consulta prévia, mediante plebiscito às populações dos Municípios envolvidos.
- d) lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após apresentação e publicação, na forma da lei, dos Estudos de Viabilidade Municipal.

U 051) Em relação à organização judiciária do Estado de Goiás e à composição do Poder Legislativo deste, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado, compõe-se de trinta e seis Desembargadores.

II - Na organização judiciária do Estado, será admitido o funcionamento de varas cujas competências se fixem por razões de capacidade econômica das partes.

III - A Justiça Militar é constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça Militar e, em segundo, pelo Tribunal de Justiça Militar.

IV - Os Juizes Auditores dos Conselhos de Justiça Militar, de carreira militar, serão indicados em lista tríplice pelo Governador do Estado e os civis pelos respectivos órgãos de representação estadual, em lista sêxtupla, sendo todos nomeados pelo Presidente do Tribunal, após aprovação do Plenário.

V - Há 36 (trinta e seis) Deputados Estaduais na Assembléia Legislativa.

VI - Porangatu é comarca de entrância intermediária.

- a) Há apenas uma assertiva errada.
- b) Há apenas duas assertivas erradas.
- c) Há apenas três assertivas erradas.
- d) Há quatro assertivas erradas.

A 052) Com relação ao poder regulamentador ou normativo, pode-se afirmar, exceto:

- a) Representa uma prerrogativa de direito público, pois conferido aos órgãos que têm a incumbência de gestão dos interesses privados.
- b) É de natureza derivada, pois somente é exercido à luz de lei preexistente.

- c) () A formalização do poder regulamentador se procede, basicamente, por decretos e regulamentos.
d) () Só se considera poder regulamentador típico a atuação administrativa de complementação de leis, ou atos análogos a elas.

053) Analise as assertivas abaixo:

- I - Atos de império são os que se caracterizam pelo poder de coerção decorrente do poder de império, intervindo a vontade dos administrados para sua prática.
II - Atos complexos são aqueles cuja vontade final da administração exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos, havendo certa autonomia ou conteúdo próprio, em cada uma das manifestações.
III - O Poder Público não age de ofício para outorgar licenças, pois prescinde sempre da deflagração processada pelo interessado, que solicita o consentimento.
IV - Um ato administrativo pode ser inválido, porém eficaz, se, embora desconforme com a lei, tenha a possibilidade de ser logo executado em razão do atributo da auto-executoriedade.
V - Atos gerais são aqueles que regulam uma quantidade determinada de pessoas que se encontram na mesma situação jurídica.

- a) () Há somente uma assertiva correta.
b) () Há somente duas assertivas corretas.
c) () Há somente duas assertivas incorretas.
d) () Todas as assertivas estão incorretas.

054) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - O candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas previstas em edital, não possui direito líquido e certo à nomeação e à posse.
II - No exercício do poder de polícia administrativa, depende a administração da intervenção de outro poder para torná-lo efetivo.
III - O princípio da proporcionalidade aplicado ao poder de polícia administrativa importa em que não havendo uma linha proporcional entre os meios e os fins da atividade administrativa incorrerá a autoridade administrativa em abuso de poder.
IV - a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor confere mera expectativa de direito de contratar, submetendo-se ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública a celebração do negócio jurídico.

- a) () Há apenas uma assertiva errada.
b) () Há apenas duas assertivas erradas.
c) () Há apenas três assertivas erradas.
d) () Todas estão corretas.

055) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
II - É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
III - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
IV - Na desapropriação para instituir servidão administrativa não são devidos juros compensatórios pela limitação de uso de propriedade.

- a) () Há apenas uma assertiva errada.
b) () Há apenas duas assertivas erradas.
c) () Há apenas três assertivas erradas.
d) () Todas estão corretas.

056) Analise as afirmações abaixo:

- I - A autorização de uso é ato administrativo pelo qual a administração consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.
II - A permissão de uso é ato administrativo pelo qual o Poder Público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privado, atendendo primordialmente a seu próprio interesse.

III - Tanto a autorização de uso quanto a permissão são atos que apresentam as características de unilateralidade da administração, discricionariedade e precariedade.

IV - Admitem-se duas espécies de concessão de uso, a remunerada e a gratuita.

V - A concessão de uso é formalizada por simples ato administrativo, assim como a autorização e permissão.

- a) () Há apenas uma assertiva errada.
- b) () Há apenas duas assertivas erradas.
- c) () Há apenas três assertivas erradas.
- d) () Todas estão corretas.

057) Sobre os serviços públicos é incorreto afirmar:

- a) () Serviços administrativos são aqueles que o Estado executa para melhor compor sua organização.
- b) () Serviços coletivos (*uti universi*) são aqueles prestados a grupos determinados de indivíduos, de acordo com as opções e prioridades da administração.
- c) () Serviços singulares (*uti singuli*) preordenam-se a destinatários individualizados, sendo mensurável a utilização por cada um dos indivíduos.
- d) () Os serviços de utilidade pública se destinam diretamente aos indivíduos, ou seja, são proporcionados para sua fruição direta.

058) Assinale a alternativa correta:

- a) () O limite de idade para a inscrição na modalidade licitatória Concurso Público só se legitima em face do art. 7º., inciso XXX, da Constituição Federal, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- b) () O Concurso Público é uma modalidade de Licitação entre interessados previamente cadastrados nos registros de órgãos públicos e pessoas administrativas ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- c) () Não é necessária expressa previsão legal para sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- d) () Não é inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a Concurso Público.

059) Com relação aos Princípios que regem as Licitações, é correto afirmar que:

- a) () O Princípio do Julgamento Objetivo constitui vertente do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. O Instrumento Convocatório nas Licitações, por sua vez, deve definir, de forma objetiva e clara, o tipo de Licitação utilizado pela Administração Pública. Como os critérios de julgamento para os procedimentos licitatórios podem variar, não é obrigatório que eles estejam previamente previstos no Instrumento Convocatório;
- b) () O Princípio da Vinculação do Instrumento Convocatório é regra de segurança jurídica não prevista expressamente na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências). Desde que iniciado o procedimento licitatório, caso haja alteração do Edital com reflexo nas propostas já apresentadas, fica a critério da Administração Pública proceder ou não à nova publicação do Edital, agora com suas modificações, pelo mesmo prazo inicialmente estabelecido;
- c) () O Princípio da Impessoalidade, nos procedimentos licitatórios, deve ser seguido pela Administração Pública já que esta só deve agir com vista ao interesse público, à finalidade pública, e não para prejudicar ou beneficiar quem quer que seja. Isto quer dizer que a Administração Pública não pode levar em consideração nenhuma condição pessoal dos licitantes. Entretanto, este Princípio não guarda qualquer relação direta com o Princípio da Igualdade previsto no art. 5º., *caput*, da Constituição Federal;
- d) () O Princípio do Formalismo ou do Procedimento Formal previsto na Lei de Licitações decorre do Princípio da Legalidade e impõe que a Administração Pública, nos procedimentos licitatórios, obedeça a todas as exigências impostas pela Lei. Todavia, como já bem esclarecido pelas recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça, a Administração Pública, ao aplicar o Princípio do Formalismo às Licitações, deve fazê-lo em conjunto com o Princípio da Razoabilidade, impedindo assim a utilização de medidas desnecessárias, inadequadas, excessivas ou desproporcionais.

060) A Revogação do procedimento licitatório só pode ocorrer:

- a) () por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de

terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não exonera a Administração Pública do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que o executado não lhe tenha dado causa.

- b) () por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, em qualquer caso, não gera obrigação de indenizar.
- c) () por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade sempre induz à do contrato.
- d) () por razões de interesse público decorrente de fato simultâneo devidamente comprovado. Neste caso, como a causa da não realização do procedimento licitatório é simultânea, não existe a necessidade de se garantir contraditório e ampla defesa.

061) Nos termos da Lei 7.347/85, assinale a alternativa correta:

- a) () A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipóteses em que apenas o Ministério Público poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- b) () Nas ações civis públicas, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais ou quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
- c) () Decorridos 100 (cem) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que associação autora lhe promova a execução, poderá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.
- d) () Nas ações civis públicas, havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido unicamente pelo Ministério Público, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

062) A ação civil pública deve ser proposta:

- a) () no foro do local onde ocorreu o dano ou no do domicílio do réu.
- b) () no foro do local onde ocorreu o dano ou no da sede da associação legitimada autora.
- c) () no foro do local onde ocorreu o dano.
- d) () no foro do local onde ocorreu o dano ou, a critério do autor, desde que se cuidar de ofensa a interesse individual homogêneo, no foro da capital do Estado onde ocorreu o dano.

063) Sobre o inquérito civil, assinale a alternativa CORRETA :

- a) () A instauração de inquérito civil, apesar de sua referência constitucional no capítulo sobre o Ministério Público na Constituição Federal, não é ato exclusivo do Ministério Público, como também não o é o ajuizamento de ação civil pública.
- b) () Nos termos da Resolução N.º 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, o inquérito civil tem natureza unilateral e facultativa.
- c) () É possível o ajuizamento de ação civil pública desacompanhada de inquérito civil, porém, nesta hipótese, torna-se exigível a realização do procedimento prévio de prelibação para a formação da relação jurídico-processual.
- d) () No exercício de suas funções, Juízes e Tribunais ao tomar conhecimento de fatos que possam ensejar a instauração de inquérito civil público, é facultado a eles remeter peças ao Ministério Público.

064) Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito da Lei 4.771/65, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

- a) () de vinte metros para os cursos d'água de menos de vinte metros de largura.
- b) () de quarenta metros para os cursos d'água que tenham de vinte metros a cinquenta metros de largura.
- c) () de cem metros para os cursos d'água que tenham de cinquenta a duzentos metros de largura.
- d) () de cento e cinquenta metros para os cursos d'água que tenham de duzentos a setecentos metros de largura.

065) O emprego do fogo, como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar em áreas passíveis de mecanização da colheita, será eliminado de forma gradativa, não podendo a redução:

- a) () ser inferior a um quarto da área mecanizável de cada unidade agroindustrial ou propriedade não vinculada a unidade agroindustrial, a cada período de 5 (cinco) anos, contados da data de publicação do Decreto Federal 2.661/98.
- b) () ser inferior a um terço da área mecanizável de cada unidade agroindustrial ou propriedade não vinculada a unidade agroindustrial, a cada período de 6 (seis) anos, contados da data de publicação do Decreto Federal 2.661/98.
- c) () ser inferior a um quinto da área mecanizável de cada unidade agroindustrial ou propriedade não vinculada a unidade agroindustrial, a cada período de 4 (quatro) anos, contados da data de publicação do Decreto Federal 2.661/98.
- d) () ser inferior a um sexto da área mecanizável de cada unidade agroindustrial ou propriedade não vinculada a unidade agroindustrial, a cada período de 3 (três) anos, contados da data de publicação do Decreto Federal 2.661/98.

• **066)** Analise os enunciados a seguir e, após, assinale a alternativa correta:

- I – Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.
 - II – Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.
 - III – Não será permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
- a) () as asserções I e II estão corretas.
 - b) () as asserções II e III estão corretas.
 - c) () apenas uma das asserções está correta.
 - d) () todas as asserções estão corretas.

• **067)** Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96 - LDB):

- a) () a educação escolar compõe-se de educação básica, educação média e ensino superior.
- b) () a educação escolar compõe-se de educação básica e educação superior.
- c) () a educação escolar compõe-se de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
- d) () a educação escolar compõe-se de ensino fundamental, ensino médio e educação superior.

• **068)** É condição para os repasses aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal dos recursos de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8742/93), a efetiva instituição e funcionamento de:

- a) () Conselho de Assistência Social.
- b) () Conselho de Assistência Social e Fundo de Assistência Social.
- c) () Conselho de Assistência Social; Fundo de Assistência Social e Plano de Assistência Social.
- d) () Conselho de Assistência Social; Fundo de Assistência Social e Plano de Assistência Social e, ainda, a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999.

• **069)** Em relação à atuação do representante do Ministério Público, é INCORRETO afirmar:

- a) () poderá aplicar a medida protetiva de abrigo em entidade ao idoso.
- b) () poderá aplicar a medida protetiva de abrigo em entidade à criança e ao adolescente.
- c) () terá livre acesso, no exercício de suas funções, a toda entidade de atendimento ao idoso.
- d) () terá livre acesso, no exercício de suas funções, a todo local onde se encontre criança ou adolescente.

• **070)** Assinale a alternativa abaixo que indica as penalidades a que ficarão sujeitas as entidades de atendimento governamentais que descumprirem as determinações do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03):

- a) () advertência; afastamento provisório ou definitivo de seus dirigentes e fechamento da unidade ou interdição do programa.
- b) () advertência; multa; suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas e interdição de unidade ou suspensão do programa.
- c) () advertência; afastamento provisório ou definitivo de seus dirigentes e suspensão parcial ou total de verbas públicas.
- d) () advertência; multa e fechamento da unidade ou interdição do programa.

- 071) Assinale a alternativa abaixo que não corresponde à atribuição da Autoridade Central encarregada de dar cumprimento às obrigações impostas pela Convenção sobre cooperação internacional e proteção de Crianças e Adolescentes em matéria de adoção internacional (Convenção de Haia):
- a) () fornecer informações sobre a legislação de seus Estados em matéria de adoção e outras informações gerais, tais como estatísticas e formulários padronizados.
 - b) () autorizar a saída do adotando do território do Estado de origem, antes de consumada a adoção, para o cumprimento do estágio de convivência no Estado de acolhida.
 - c) () assegurar-se que os consentimentos para a adoção tenham sido obtidos de acordo com as exigências da Convenção de Haia.
 - d) () providenciar para que o deslocamento da criança para o Estado de acolhida se realize com toda segurança, em condições adequadas.

072) Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), brincar, praticar esportes e divertir-se é um dos aspectos do direito fundamental de crianças e adolescentes à:

- a) () saúde.
- b) () convivência comunitária.
- c) () educação.
- d) () liberdade.

073) Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), assinale a alternativa incorreta sobre as entidades de atendimentos em regime de abrigo:

- a) () serão fiscalizadas pelos Conselhos Tutelares.
- b) () não poderão abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente.
- c) () devem evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
- d) () o seu dirigente é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

074) Sobre os recursos nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e Juventude, é correto afirmar:

- a) () dependem de preparo para a sua interposição.
- b) () o prazo para a interposição do recurso de apelação será de 15 dias.
- c) () não dispensam revisor.
- d) () a apelação terá efeito suspensivo apenas quando interposta contra sentença que deferir a adoção por estrangeiro e, a juízo da autoridade judicial, sempre que houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.

075) Assinale a alternativa incorreta.

- a) () Os portadores de deficiência tem garantia constitucional de receber atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do artigo 208,III da C.F./88; o que deve ser garantido pelo Estado e pela Família.
- b) () A garantia constitucional de um salário mínimo para a pessoa portadora de deficiência, para pessoa que não possua meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, foi regulamentada por meio da Lei Orgânica da Assistência Social, através do “benefício da prestação continuada”.
- c) () É competência material comum da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) () Nos termos do artigo 244 da A.D.C.T. DA C.F./88, “A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios e de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”; entretanto, nenhuma lei protetiva de tal direito foi editada no Brasil até aqui.

076) Classifique as condutas adiante, conforme Capítulo II da Lei de Improbidade Administrativa e assinale a alternativa correta ao final.

- () Ordenar ou permitir despesas não autorizadas em lei ou orçamento.
- () Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao mercado.
- () Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades previstas no artigo 1.º da Lei 8.429/92, bem como servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

() Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

I – Ato de Improbidade Administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

II – Ato de Improbidade Administrativa que causa prejuízo ao erário.

III – Ato de Improbidade Administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

- a) () II, II, I, III
- b) () II, III, I, III
- c) () III, II, I, II
- d) () I, III, II, II

077) Todas as alternativas a seguir enunciam sanções civis, previstas no artigo 12 da Lei 8.429/92, aplicáveis a pessoa jurídica beneficiária de ato de improbidade por sentença condenatória, exceto:

- a) () proibição de receber benefícios fiscais.
- b) () pagamento de multa civil.
- c) () seqüestro dos bens.
- d) () proibição de contratar com o poder público.

078) É incorreto afirmar que, nos termos da Lei Complementar 101/05, “a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa”

- a) () será acompanhada de estimativa de impacto-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- b) () será acompanhada de declaração do ordenador da despesa e do chefe do controle interno de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária e anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- c) () será acompanhada das premissas e metodologias de cálculo utilizadas para a elaboração da estimativa de impacto-financeiro;
- d) () Não se exige nenhum dos documentos indicados nas alternativas anteriores, quando se tratar de despesa considerada irrelevante nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

079) São conseqüências jurídicas advindas do julgamento de improcedência de pedido em ação consumerista coletiva condenatória de que trata o CDC ajuizada por órgão da administração direta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinado à defesa do consumidor, exceto:

- a) () Em caso de interesses difusos, a menos que o juízo entenda que houve insuficiência de provas, ao Ministério Público estará vedado o ajuizamento de ação condenatória com o mesmo pedido e fundamento;
- b) () Em caso de interesses difusos, a menos que o juízo entenda que houve insuficiência de provas, a uma associação legalmente constituída há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins a defesa do consumidor estará vedado o ajuizamento de ação condenatória com o idêntico pedido e fundamento;
- c) () Em caso de interesses individuais homogêneos, a decisão, independente da visão do juiz quanto à qualidade da prova, não prejudicará o interesse ou direito individual do integrante da coletividade, do grupo, categoria ou classe, desde que não tenha intervido no processo como litisconsorte ativo.
- d) () Em caso de interesses coletivos, mesmo que o juiz tenha reconhecido a insuficiência da prova, valendo-se, em especial, de documento novo (artigo 485, V do CPC), o Ministério Público poderá intentar nova ação condenatória com idêntico fundamento e pedido.

080) Analise as afirmações abaixo:

I- Nas ações coletivas consumeristas, dado o interesse público, dos autores não se cobram de custas emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas em qualquer caso.

II- Haverá obrigação de reparar o dano, independente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade desenvolvida pelo fornecedor de serviços, autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de seu consumidor.

III - A sentença genérica proferida em ação coletiva para a defesa de interesses individuais homogêneos quando procedente, é certa, porém ilíquida.

- a) () Há duas afirmações verdadeiras.
- b) () Há duas afirmações falsas.
- c) () Todas afirmações são falsas.
- d) () Todas as afirmações são verdadeiras.

081) O membro do Ministério Público punido disciplinarmente com censura, não reincidente, decorridos 2 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão condenatória, poderá obter o cancelamento das respectivas notas nos assentamentos funcionais, mediante:

- a) Decisão do Procurador-Geral de Justiça.
- b) Decisão do Conselho Superior do Ministério Público.
- c) Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça.
- d) Decisão do Corregedor-Geral do Ministério Público.

082) O membro do Ministério Público do Estado de Goiás vitalício poderá perder o cargo:

- a) por decisão de 2/3 do Colégio de Procuradores de Justiça, em processo administrativo disciplinar em que seja assegurada a ampla defesa.
- b) por decisão do Tribunal de Justiça, no processo penal instaurado por iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, em caso de condenação pela prática de crime funcional.
- c) por decisão do Tribunal de Justiça, em processo cível instaurado por iniciativa do Procurador-Geral de Justiça para a decretação da perda do cargo, mediante autorização da maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça.
- d) por decisão do Tribunal de Justiça, em processo cível instaurado por iniciativa do Procurador-Geral de Justiça para a decretação da perda do cargo, mediante autorização do Conselho Superior do Ministério Público.

083) A destituição do Procurador-Geral de Justiça se dá:

- a) Por decisão da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, mediante proposta de 2/3 do Colégio de Procuradores de Justiça.
- b) Por decisão da maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) Por ato do Governador do Estado, mediante proposta de 2/3 do Colégio de Procuradores de Justiça.
- d) Por ato do Governador do Estado, após autorização da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.

084) São atribuições do Conselho Superior do Ministério Público:

I - Dar posse ao Procurador-Geral de Justiça.

II - Dar posse aos Promotores de Justiça.

III - Destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público.

IV - Decidir sobre vitaliciedade dos membros do Ministério Público.

V - Representar ao Corregedor-Geral do Ministério Público pela instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público.

a) Todas as proposições estão corretas.

b) Há somente duas proposições corretas.

c) Há somente quatro proposições corretas.

d) Somente duas proposições incorretas.

085) No caso de vacância e, na falta de Procurador-Geral de Justiça Substituto, o cargo de Procurador-Geral de Justiça será exercido, interinamente, pelo:

a) Procurador de Justiça mais antigo na carreira.

b) Procurador de Justiça mais antigo no exercício do cargo.

c) Procurador de Justiça de maior tempo de serviço público prestado ao Estado de Goiás.

d) Procurador de Justiça mais idoso.

086) Julgue as afirmações a seguir.

I - A ação de impugnação de mandato eletivo deverá ser instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude e tramitará em segredo de justiça.

II - É competente, para conhecer e julgar a ação de impugnação de mandato eletivo, o mesmo juízo eleitoral que tiver competência para a diplomação do réu.

III - É objetivo da investigação judicial eleitoral demonstrar, assegurada a ampla defesa, se o candidato violou os princípios igualitários do pleito, praticando irregularidades na campanha eleitoral, para captação de votos, através da prática de abuso de poder econômico, político ou de autoridade, ou, ainda, por uso indevido dos meios de comunicações e da máquina administrativa.

IV - Segundo a Lei Complementar nº 64/90 são partes legitimadas à propositura da Investigação Judicial Eleitoral, o Eleitor, o Candidato, o Partido Político, a Coligação e o Ministério Público.

- a) () Há apenas duas proposições verdadeiras.
- b) () Há apenas três proposições verdadeiras.
- c) () Todas as proposições são verdadeiras.
- d) () Apenas uma proposição é verdadeira.

087) Julgue as afirmações a seguir.

I - As Ações de Impugnação de Registro de Candidatura a Prefeito ou Vice e Vereadores deverão ser ajuizadas perante o Tribunal Regional Eleitoral.

II - O prazo de inelegibilidade de três anos, por abuso de poder econômico ou político, é contado a partir da data da eleição em que se verificou.

III - No pedido de registro de seus candidatos, os partidos e coligações comunicarão aos respectivos Tribunais Eleitorais os valores máximos de gastos que farão por cargo eletivo em cada eleição que concorrerem, observados os limites legais estabelecidos.

IV - As multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas comporão o Fundo Especial de Assistência aos Partidos Políticos.

- a) () Há duas proposições falsas.
- b) () Há apenas uma proposição verdadeira.
- c) () Há apenas uma proposição falsa.
- d) () Todas as proposições são verdadeiras.

088) Assinale a alternativa falsa:

a) () Nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, na Assembleia Distrital, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora.

b) () A propaganda eleitoral por meio de *outdoor* é permitida após sorteio realizado pela Justiça Eleitoral.

c) () A divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, mediante publicações, cartazes, camisas, bonés, broches ou dísticos em vestuário, no dia da eleição, constitui crime punível com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR.

d) () A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano e multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.

089) Sobre os princípios do Direito do Trabalho, é correto afirmar:

I - O Direito Individual do Trabalho é centralizado no princípio tutelar, que lhe dá a essência, informando todo o sistema.

II - O princípio de proteção desdobra-se nos princípios *in dubio pro operario*, da norma mais favorável e da condição mais benéfica.

III - No princípio da norma mais favorável, utiliza-se da teoria do conglobamento ou da acumulação, para encontro da regra mais favorável.

IV - O princípio da irrenunciabilidade também alcança ato bilateral de vontade.

- a) () Todas as proposições são verdadeiras.
- b) () Somente as proposições I, II, III são verdadeiras.
- c) () Somente as proposições I e III são verdadeiras.
- d) () Somente a proposição I é verdadeira.

090) É correto afirmar:

I - O trabalho do menor de 14 anos, fora da hipótese de contrato de aprendizagem, é proibido, e assim não gera qualquer efeito trabalhista.

II - Ao menor de 18 anos e maior de 16 anos é permitido o trabalho noturno mediante assistência de seu responsável legal, por ocasião da contratação a esse respeito.

III - Contra os sucessores, ainda que maiores, não corre prescrição em face do falecimento do empregado menor de 18 anos.

IV - No contrato de trabalho do aprendiz é vedada a prorrogação de jornada, sendo permitida, no entanto a compensação de jornada.

V - O contrato de aprendizagem exige ajuste por escrito e não pode ser estipulado por mais de dois anos.

- a) () Somente a proposição V é correta.

- b) () Somente as proposições II e IV são corretas.
- c) () Somente as proposições I, III e V são corretas.
- d) () Somente as proposições II, IV e V são corretas.

091) Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos coletivos trabalhistas, é vedado:

I – Publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercidas, pública e notoriamente, assim o exigir.

II – Recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível.

III – Considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional.

IV – Exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego, bem como proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

- a) () Somente a assertiva I está correta.
- b) () Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) () Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) () Todas as assertivas estão corretas.

092) No que se refere às recentes mudanças constitucionais, à Justiça do Trabalho

I – compete julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

II – não compete julgar ações relativas a execução das penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

III – compete julgar os dissídios coletivos de natureza econômica, que poderão ser ajuizados por qualquer das partes, independentemente da concordância da parte contrária, desde que frustrada a negociação coletiva;

IV – compete julgar somente as ações oriundas da relação de emprego.

- a) () As assertivas I e IV estão corretas.
- b) () Somente a assertiva I está correta.
- c) () As assertivas I, II e III estão incorretas.
- d) () Todas as assertivas estão incorretas.

093) Sobre competência tributária é correto afirmar:

- a) () Que é comum à União, Estados e Municípios quanto a taxas e contribuições de melhoria.
- b) () Que é delegável, vedada apenas a delegação das atribuições de arrecadar e fiscalizar.
- c) () Que é concorrente quanto ao Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA), cuja receita é repartida entre Estados e Municípios.
- d) () Que é concorrente quanto a instituição de contribuições de intervenção no domínio econômico e comum quanto a instituição de contribuição previdenciária.

094) A competência para instituir empréstimo compulsório pode ser exercida:

- a) () Pela União, mediante lei ordinária, no caso de guerra externa.
- b) () Pelos Estados, mediante lei complementar, no caso de investimento público de caráter urgente, para atender estado de calamidade pública.
- c) () Pela União, mediante lei complementar, no caso de investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional, observado o princípio da anterioridade.
- d) () Pela União, mediante lei ordinária, para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, observado o princípio da anterioridade.

095) Sobre limitações do poder de tributar é correto afirmar:

- a) () Todos os impostos estão sujeitos ao princípio da anterioridade.
- b) () Apenas os impostos incidentes sobre a propriedade estão sujeitos ao princípio da anterioridade.
- c) () O imposto incidente sobre importação não está sujeito ao princípio da legalidade, posto que sua função é extra fiscal.

- d) () Os impostos sobre operações de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e produtos industrializados estão sujeitos ao princípio da não cumulatividade.
- 096) Autoridade Fiscal Estadual, em tempo hábil, realizou lançamento tributário em desfavor de AFRÂNIO, exigindo o recolhimento do ICMS decorrente de fato gerador praticado por terceiro e não declarado ao Fisco, mas ao qual AFRÂNIO estava indiretamente vinculado, como destinatário das mercadorias. Considerando que lei impôs ao destinatário indiretamente vinculado ao fato gerador a obrigação de recolher o imposto, é correto afirmar:
- a) () O lançamento é nulo, visto que Afrânio não é o sujeito passivo da obrigação tributária porque não praticou o fato gerador.
 - b) () O lançamento tributário é perfeito, porque Afrânio é sujeito passivo da obrigação tributária, como contribuinte.
 - ✓ c) () O lançamento tributário é perfeito, porque Afrânio é sujeito passivo da obrigação tributária, como responsável.
 - d) () A lei que impôs a obrigação de recolher o ICMS a pessoa diversa daquela que realizou a hipótese de incidência é inconstitucional, por que ofende o princípio da capacidade tributária.
- 097) São modalidades de extinção do crédito tributário, exceto:
- a) () Consignação em pagamento, compensação, remissão e decisão administrativa irreformável.
 - b) () Pagamento, compensação, prescrição e decisão judicial transitada em julgado.
 - c) () Dação em pagamento, transação, remissão e conversão de depósito em renda.
 - ✓ d) () Pagamento, isenção, prescrição e decadência tributária.
- 098) “Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor da herança” (art. 974, Código Civil/2002). Nos casos deste artigo, é correto afirmar:
- ✓ a) () a continuidade da empresa depende do representante legal do incapaz, não sendo necessária prévia autorização judicial.
 - b) () não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou interdição.
 - c) () em razão das circunstâncias e dos riscos da empresa, o representante ou assistente do incapaz poderá nomear um ou mais gerentes.
 - d) () fica dispensada a atuação do representante do Ministério Público.
- 099) Nos termos dos arts. 979 e 980 do Código Civil/2002, devem expressamente ser averbados/arquivados no *Registro Público de Empresas Mercantis*, exceto:
- a) () os pactos e declarações antenupciais do empresário.
 - b) () o título de doação, herança ou legado de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.
 - c) () a sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação.
 - ✓ d) () contratos de locação sem valor estipulado.
- 100) De acordo com o art. 84 da Lei Federal n. 11.101/2005 (*Lei de Falências*), a remuneração devida ao administrador judicial, auxiliares, empregados ou decorrentes de acidentes de trabalho posteriores à decretação da falência, bem como as quantias adiantadas à massa pelos credores e as custas do processo de falência são créditos:
- ✓ a) () extraconcursais e, portanto, com precedência até mesmo em relação aos fazendários;
 - b) () concursais quirografários.
 - c) () concursais com garantia real.
 - d) () extraconcursais, mas limitados até o valor de 150 salários mínimos.